



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Campo Bom, 04 de novembro de 2020.

Ao Exmo. Senhor
Vereador JOÃO PAULO BERKEMBROCK
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE

REQUERIMENTO Nº 18/2020.

Excelentíssimo Sr. Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhora Vereadora,

O Poder Executivo Municipal requer que seja designada por esta casa Sessão Extraordinária, na qual se analise, em regime de urgência, até o dia **09 de novembro de 2020**, o Projeto de Lei nº 192/2020 que “DISPÕE SOBRE O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR E DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL A ASSISTÊNCIA À SAÚDE POR PARTE DO PODER LEGISLATIVO E DO IPASEM/CB.”

JUSTIFICATIVA:

O respectivo Projeto de Lei versa sobre a previsão do pagamento do déficit atuarial também pelo Poder Legislativo e pelo IPASEM, já que na Lei Municipal nº 5.082/2020 constou tão somente o Executivo Municipal no artigo 1º.

O Projeto de Lei segue a Avaliação Atuarial do Município e as diretrizes fixadas na Portaria nº 464/2018, as quais foram devidamente analisadas pelos profissionais, anteriormente citados, que inclusive já sugeriram a alteração das alíquotas, no Cálculo atuarial, que ampara a previsão estabelecida no art. 1º, bem como se constitui no Anexo I do Projeto de Lei, que segue em anexo.

Neste mesmo Projeto também se estabelece o acréscimo no §3º-A e nas alíneas a e b, do artigo 119 da Lei Municipal nº. 1.472/93, a obrigação da contribuição patronal ao sistema de Assistência à Saúde também para as Autarquias e fundações, já que na Lei Municipal nº 5.083/2020 constou tão somente a expressão Executivo Municipal.

Indiscutível o interesse público presente no caso, por tais razões, solicitamos a apreciação e votação do presente Projeto de Lei aos nobres Vereadores, em **regime de URGÊNCIA**.

Renovando os cumprimentos, subscrevo.


FERNANDO EDUARDO TROTT,

Secretário Municipal de Finanças no exercício
do cargo de Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 192, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

Ao Exmo. Senhor
Vereador JOÃO PAULO BERKEMBROCK
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores
Excelentíssimo Senhor Presidente

É com imensa satisfação que remetemos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Câmara Municipal de Vereadores, bem como a Avaliação Atuarial do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom – IPASEM/CB, Exercício 2020, base 2019.

O respectivo Projeto de Lei versa sobre a previsão do pagamento do déficit atuarial também pelo Poder Legislativo e pelo IPASEM, já que na Lei Municipal nº 5.082/2020 constou tão somente Executivo Municipal no artigo 1º.

O Projeto de Lei segue a Avaliação Atuarial do Município e as diretrizes fixadas na Portaria nº 464/2018, as quais foram devidamente analisadas pelos profissionais, anteriormente citados, que inclusive já sugeriram a alteração das alíquotas, no Cálculo atuarial, que ampara a previsão estabelecida no art. 1º, bem como se constitui no Anexo I do Projeto de Lei, que segue em anexo.

Neste mesmo Projeto também se estabelece o acréscimo no §3º-A e nas alíneas a e b, do artigo 119 da Lei Municipal nº 1.472/93, a obrigação da contribuição patronal ao sistema de Assistência à Saúde também para as Autarquias e fundações, já que na Lei Municipal nº 5083/2020 constou tão somente a expressão Executivo Municipal.

Dessa forma, diante das informações anteriormente expostas, as quais justificam o Projeto de Lei apresentado a essa Casa Legislativa, ficamos no aguardo da apreciação e aprovação do respectivo projeto pelos Ilustres Vereadores.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 29 de outubro de 2020.

FERNANDO EDUARDO TROTT,
Secretário Municipal de Finanças no exercício
do cargo de Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

PROJETO DE LEI Nº 192, de 29 de outubro de 2020.

**DISPÕE SOBRE O REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR
E DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL A ASSISTÊNCIA À SAÚDE
POR PARTE DO PODER LEGISLATIVO E DO IPASEM/CB.**

Art. 1º. A contribuição previdenciária mensal suplementar, repassada ao IPASEM/CB pelo Poder Legislativo e pelo próprio Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom, será efetivada mediante alíquota mensal fixa, realizada até o quinto dia útil do mês subsequente, pelo período de 35 anos, no percentual de 20,62% (vinte vírgula sessenta e dois por cento) sobre a base de contribuição do mês.

Art. 2º. A Avaliação Atuarial, exercício 2020, ampara o estabelecido no caput do art. 1º e se constitui no Anexo I desta Lei.

Art. 3º. Os repasses vencidos, caso não repassados até a data limite fixada, serão atualizados mensalmente pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento do respectivo repasse, por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao mês, acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao pagamento e multa de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento).

Art. 4º. Poderá ser aportado ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Campo Bom - IPASEM/CB, pelo Município de Campo Bom, bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza.

Art. 5º. O §3º - A, do artigo 119, da Lei Municipal nº 1.472/93, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º - A - Caberá ao Executivo Municipal, Poder Legislativo, Autarquias e fundações recolher mensalmente ao Instituto, destinado ao Fundo de Assistência à Saúde, o valor correspondente ao percentual de 3% (três por cento) até 31/12/2020, a título de contribuição patronal;

a) No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, caberá ao Executivo Municipal, Poder Legislativo, Autarquias e fundações recolher mensalmente ao Instituto, destinado ao Fundo de Assistência à Saúde, o valor correspondente ao percentual de 2% (dois por cento), a título de contribuição patronal;

b) No período de 01/01/2022 a 31/12/2022, caberá ao Executivo Municipal, Poder Legislativo, Autarquias e fundações recolher mensalmente ao Instituto, destinado ao Fundo de Assistência à Saúde, o valor correspondente ao percentual de 1% (um por cento), a título de contribuição patronal, cessando a contribuição a partir de 01/01/2023.”



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Art. 6º. Os valores decorrentes das despesas de que trata este Diploma constam no Orçamento 2020.

Art. 7º. A respectiva lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2020.

Art. 8º. Até que surta os efeitos desta lei, permanece vigorando a disposição contida na Lei 3.616/2010, conforme a disposição contida na Lei nº 5082/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 29 de outubro de 2020.

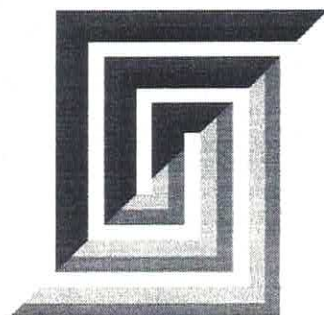
FERNANDO EDUARDO TROTT,
Secretário Municipal de Finanças no exercício
do cargo de Prefeito Municipal.

MICHELE DE MATTOS DALL' AGNOL

ATUÁRIA MIBA Nº 2991

-
JOEL FRAGA DA SILVA

ATUÁRIO MIBA 1.090



GESTORUM



RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL – EXERCÍCIO 2020
ANO BASE CADASTRAL 2019
Nº 285/2020

CAMPO BOM/RS

MAIO/2020

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
2	DAS PREMISSAS E DIRETRIZES ATUARIAIS	5
2.1	REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	5
2.2	PREMISSAS BIOMÉTRICAS	5
2.3	PREMISSAS FINANCEIRAS	5
3	DA BASE CADASTRAL E ESTATÍSTICAS	6
3.1	SITUAÇÃO DA BASE CADASTRAL (POPULAÇÃO SEGURADA)	6
3.2	PERFIL DA POPULAÇÃO SEGURADA	6
3.3	COMPOSIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL DA POPULAÇÃO SEGURADA	8
3.4	ESTATÍSTICAS DOS SERVIDORES ATIVOS	9
3.5	ESTATÍSTICAS DOS APOSENTADOS	11
3.6	ESTATÍSTICAS DOS PENSIONISTAS	12
4	DA APURAÇÃO DO RESULTADO ATUARIAL	13
4.1	INTRODUÇÃO	13
4.2	RESERVA MATEMÁTICAS	13
4.3	RESULTADO ATUARIAL SEM APLICAÇÃO DO LDA	14
4.4	LIMITE DE DÉFICIT ATUARIAL	15
4.5	PRAZO MÁXIMO DE AMORTIZAÇÃO	16
4.6	PLANO DE CUSTEIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	17
4.6.1	CUSTEIO ESPECIAL – SEM A UTILIZAÇÃO DO LDA	18
4.7	PROJEÇÃO DAS FUTURAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	19
4.8	PROJEÇÕES ATUARIAIS	20
4.9	PROVISÕES MATEMÁTICAS PROJETADAS	20
4.10	HISTÓRICO DE RENTABILIDADE DO RPPS FRENTE À META ATUARIAL	20
4.11	ANÁLISE COMPARATIVA DO RESULTADO ATUARIAL DO RPPS	21
5	DO PARECER ATUARIAL	22
6	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	23
7	ANEXOS	24

1 INTRODUÇÃO

Na condição de assessoria atuarial contratada para realizar a Avaliação Atuarial do exercício 2019, tendo por base o cadastro dos servidores posicionados no mês de Dezembro/2019 e legislação vigente, passam-se a apresentar os resultados no presente relatório referentes ao **Plano Previdenciário** do município de CAMPO BOM.

A Constituição Federal (CF) estabeleceu que a previdência social no Brasil é baseada em três regimes: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime de Previdência Complementar e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Trata esta avaliação, do RPPS do município de CAMPO BOM, que é o regime previdenciário destinado aos servidores públicos com vínculo ao respectivo Estatuto do Servidor Público e tem o propósito de verificar o cumprimento e a garantia do **equilíbrio financeiro e atuarial** estabelecido no art. 40 da Carta Magna.

Esta Avaliação Atuarial respeitou as normas gerais de contabilidade e atuária, estabelecidas pelo órgão responsável pela orientação, supervisão e o acompanhamento dos RPPS. Dentre os objetivos deste trabalho está o cumprimento aos dispositivos da CF, a seguir transcritos:

"Art. 149 -

§ 1º - Os Estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do regime de previdência de que trata o Art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo da União.

.....

Art. 195 -

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total."

.....

"Art. 249 - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos."

Cada Ente Federativo, seja a União, os Estados e os municípios, seguindo a autorização dada pela CF, instituiu o seu RPPS, ainda que nem todos os municípios o tenham criado. O município de

CAMPO BOM criou o seu RPPS através da LM nº 1.472 de 04/01/1993, o qual se encontra vigente com alterações.

Por sua vez, a Lei nº 9.717/98 e as Portarias do MPS nº 402/08 e 464/18 estabelecem as normas para a organização e o funcionamento dos RPPS dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, bem como o servidor estável, abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o admitido até 05 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público.

Não obstante às exigências dispostas no preenchimento do DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, este relatório apresentará o que segue:

- a) As Reservas Matemáticas, de benefícios a conceder e concedidos, do RPPS que dimensionam o passivo atuarial posicionado em 31/12/2019;
- b) As respectivas Provisões Matemáticas para os posteriores lançamentos contábeis;
- c) O plano de custeio que garantirá o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
- d) O Parecer Atuarial conclusivo concernente aos resultados encontrados a fim de orientar o Gestor Público, o Gestor do RPPS e os Conselheiros do mesmo, a respeito dos compromissos e obrigações fundamentais à boa gestão da Previdência Própria do município de CAMPO BOM.

Conforme art. 9º, § 3º da EC 103/2019, que determina a exclusão do auxílio doença, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão do rol de benefícios do RPPS, ficando a cargo do Estatuto o pagamento dos benefícios, os objetivos acima apresentados são para os seguintes benefícios garantidos pelo RPPS:

I – Para os servidores:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria por idade;

II – Para os dependentes:

- a) pensão por morte;

A concessão destes está estabelecida na Constituição Federal, em especial no art. 40, incluindo todas as modificações impostas pelas diferentes Emendas Constitucionais, as quais serviram de parâmetro para simular o momento do benefício a ser concedido. A partir da simulação da concessão do benefício, em conjunto com as premissas apresentadas a seguir, se pode calcular com grande grau de precisão os compromissos futuros do RPPS (reservas matemáticas) e respectiva necessidade de financiamento (plano de custeio).

2 DAS PREMISSAS E DIRETRIZES ATUARIAIS

2.1 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Benefícios Garantidos pelo RPPS	Regime Financeiro ⁽¹⁾	Método ⁽²⁾
Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	IEN
Aposentadoria por Invalidez	CAP	IEN
Pensão por Morte do servidor Ativo	CAP	IEN
Pensão por Morte do Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	IEN
Pensão por Morte do Aposentado por Invalidez	CAP	IEN

⁽¹⁾ Regime Financeiro

RCC = Repartição de Capitais de Cobertura

RS = Repartição Simples

CAP = Capitalização

⁽²⁾ Método de Financiamento

IEN = Idade de Entrada Normal

2.2 PREMISSAS BIOMÉTRICAS

Premissa Biométrica	Parâmetro
Mortalidade de Válidos	Tábua IBGE 2018
Sobrevivência de Válidos	Tábua IBGE 2018
Mortalidade de Inválidos	Tábua IBGE 2018
Ocorrência de Invalidez	Álvaro Vindas
Composição Familiar	Do próprio grupo de servidores
Novos Entrados	1:1

2.3 PREMISSAS FINANCEIRAS

Premissa Financeira	Parâmetro
Taxa Real de Juros (fator de capitalização e descapitalização)	5,86%
Taxa de crescimento real das remunerações	1,00%
Taxa de crescimento real dos proventos	Não adotado
Indexador da Política de Investimentos	INPC
Fator de Valor Real das remunerações ao longo do tempo	100%
Fator de Valor Real dos proventos ao longo do tempo	100%

3 DA BASE CADASTRAL E ESTATÍSTICAS

3.1 SITUAÇÃO DA BASE CADASTRAL (POPULAÇÃO SEGURADA)

Os dados dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas do vinculados ao RPPS de CAMPO BOM foram fornecidos pela Administração Municipal, analisados quanto ao conteúdo necessário e a consistência dos mesmos. Após a análise e sanadas todas as falhas, considerou-se que a base é confiável e suficiente para se alcançar os objetivos do presente estudo atuarial.

3.2 PERFIL DA POPULAÇÃO SEGURADA

A população de servidores segurados do RPPS de CAMPO BOM a seguinte distribuição nos últimos 3 anos:

Tabela 1 – Quantitativo da População por Segmento

Base cadastral	31/12/2017	30/12/2018	31/12/2019
Ativos	2.216	1.975	1.969
Aposentados	627	583	644
Pensionistas	120	109	111
Total	2.963	2.667	2724
Variação (%)	-	-10,88%	-0,30%

Estes quantitativos demonstram que não houve ingresso de novos servidores, o que não contribui para o equilíbrio do plano. Quando analisados os dados na base 31/12/2019, quanto à proporção de cada segmento no grupo total, resultou no que segue:

Tabela 2 – Proporção entre Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Ativos	Aposentados e Pensionistas	Proporção Ativos / Aposentados e Pensionistas
72,28%	27,72%	2,6

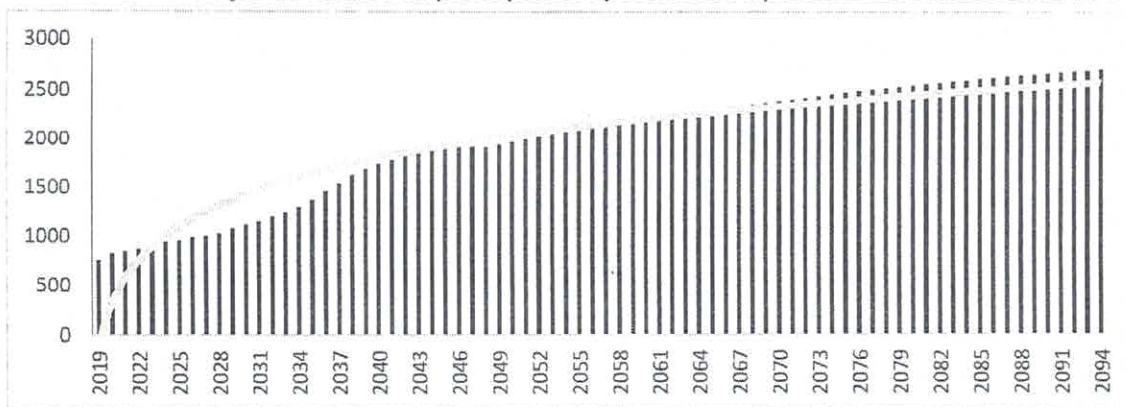
Para melhor visualização, apresenta-se a seguir, a mesma informação acima, mas agora em forma de gráfico. Deste modo, pode-se ter uma melhor dimensão dos atuais compromissos do RPPS, os quais definirão as reservas, plano de custeio e plano de amortização dos déficits técnicos oriundos deste grupo de pessoas.

Ao se analisar os dados das tabelas acima, observa-se que os ativos representam 72,28% do grupo total, enquanto os inativos e pensionistas representam 27,72%. Quando se analisa a proporção de ativos por aposentados e pensionistas, que influenciará diretamente nos custos atuariais e no equilíbrio financeiro e atuarial, constata-se que é de 2,6 para cada 1, respectivamente.

Gráfico 1 – Relação Ativos x Inativos



Gráfico 2 – Evolução do número de participantes aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS



3.3 COMPOSIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL DA POPULAÇÃO SEGURADA

Tabela 3 – Gasto com Pessoal por Segmento

Tipo	Quantidade	Remuneração/Proventos (R\$)	%	Remuneração Média
ATIVOS	1.969	4.514.507,01	74,33	2.292,79
APOSENTADOS	644	1.393.492,63	22,94	2.163,81
PENSIONISTAS	111	165.316,59	2,72	1.489,34
TOTAL	2.724	6.073.316,23	100	2.229,56

Na tabela acima se destacam a participação dos aposentados e pensionistas em relação ao total dos salários, compreendidos estes como remunerações e proventos, evidenciando que estes participam atualmente com **25,66%** no total, o que impacta de forma importante no plano de custeio.

Para maior evidência e considerando o atual plano de custeio que é de 56,74% no total, considerando-se para tal o custo normal e especial, e as bases de cálculo da contribuição, tem-se:

Tabela 4 – Comprometimento Aposentados/Pensionistas

Tipo	Remuneração/Proventos (R\$)	Base de cálculo (R\$)	% sobre Base de cálculo total
ATIVOS	4.514.507,01	4.514.507,01	
APOSENTADOS	1.393.492,63	4.514.507,01	30,87
PENSIONISTAS	165.316,59	4.514.507,01	3,66
TOTAL	6.073.316,23		34,53

Fica evidente que atualmente os proventos de aposentadoria e pensão dos servidores representam **34,53%**, enquanto o plano de custeio total é de 56,74%. Tornam evidentes estes percentuais a capacidade de capitalização do RPPS, tendo esta como o fator mais importante para o Princípio Fundamental da Economicidade no setor público. Quanto maior é a capacidade de capitalização do sistema, maior será a economia do Ente em relação aos compromissos futuros com os servidores vinculados ao RPPS.

3.4 ESTATÍSTICAS DOS SERVIDORES ATIVOS

Tabela 5 – Estatísticas dos Servidores Ativos

Discriminação	Feminina	Masculina	Total
Quantidade de Servidores	1.483	486	1.969
Folha Mensal	R\$3.451.130,11	R\$1.063.376,90	R\$4.514.507,01
Benefício Médio Mensal	R\$2.327,13	R\$2.188,02	R\$2.257,57
Idade Mínima Atual	19	20	19,5
Idade Máxima Atual	68	74	71
Idade Média Atual	40	45	43
Idade Mínima de Admissão	17	16	17
Idade Máxima de Admissão	65	66	66
Idade Média de Admissão	33	33	33
Idade Média de Aposentadoria Projetada	57	62	60

Tabela 6 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária

Intervalo	População	Frequência
Até 25	70	3,56%
26 a 30	200	10,16%
31 a 35	355	18,03%
36 a 40	389	19,76%
41 a 45	237	12,04%
46 a 50	258	13,10%
51 a 55	202	10,26%
56 a 60	170	8,63%
61 a 65	69	3,50%
66 a 75	19	0,96%
Acima de 75	0	0,00%
Total	1.969	100%

Tabela 7 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão

Intervalo	População	Frequência
Até 25	476	24,17%
26 a 30	490	24,89%
31 a 35	387	19,65%
36 a 40	250	12,70%
41 a 45	134	6,81%
46 a 50	113	5,74%
51 a 55	78	3,96%
56 a 60	31	1,57%
61 a 65	9	0,46%
66 a 75	1	0,05%
Acima de 75	0	0,00%
Total	1.969	100%

Tabela 8 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	666	33,82%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	923	46,88%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	309	15,69%
R\$ 4.400,01 até 5.645,80	38	1,93%
Acima de 5.645,81	33	1,68%
Total	1.969	100%

Tabela 9 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade Provável de Aposentadoria

Intervalo	Feminino	Masculino	Total
Até 50 anos	332	6	338
51 a 55	503	40	543
56 a 60	292	231	523
61 a 65	147	111	258
66 a 70	95	38	133
Acima de 70	114	60	174
Total	1.483	486	1.969

Tabela 10 – Distribuição dos Servidores Ativos por Dependentes

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	693	35,20%
Com 1 dependente	684	34,74%
Com 2 ou mais dependentes	592	30,07%
Total	1.969	100%

3.5 ESTATÍSTICAS DOS APOSENTADOS

Tabela 11 – Estatísticas dos Aposentados

Discriminação	Feminina	Masculina	Total
Quantidade de Servidores	502	142	644
Folha Mensal	R\$1.126.073,67	R\$267.418,96	R\$1.393.492,63
Benefício Médio Mensal	R\$2.243,17	R\$1.883,23	R\$2.063,20
Idade Mínima Atual	49	51	50
Idade Máxima Atual	90	93	91,5
Idade Média Atual	62	70	66

Tabela 12 – Aposentados por Faixa Etária

Intervalo	População	Frequência
30 a 40	0	0,00%
41 a 45	0	0,00%
46 a 50	13	2,02%
51 a 55	111	17,24%
56 a 60	133	20,65%
61 a 65	129	20,03%
66 a 75	184	28,57%
Acima de 75	74	11,49%
Total	644	100%

Tabela 13 – Aposentados por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	280	43,48%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	316	49,07%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	24	3,73%
R\$ 4.400,01 até 5.645,80	7	1,09%
Acima de 5.645,81	17	2,64%
Total	644	100%

Tabela 14 – Aposentados por Dependentes

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	322	50,00%
Com 1 dependente	299	46,43%
Com 2 ou mais dependentes	23	3,57%
Total	644	100%

3.6 ESTATÍSTICAS DOS PENSIONISTAS

Tabela 15 – Estatísticas dos Pensionistas

Discriminação	Feminina	Masculina	Total
Quantidade de Servidores	79	32	111
Folha Mensal	R\$117.658,06	R\$47.658,53	R\$165.316,59
Benefício Médio Mensal	R\$1.489,34	R\$1.489,33	R\$1.489,34
Idade Mínima Atual	34	17	25,5
Idade Máxima Atual	94	90	92
Idade Média Atual	68	64	66

Tabela 16 – Pensionistas por Faixa Etária

Intervalo	População	Frequência
Até 36	2	1,80%
36 a 40	1	0,90%
41 a 45	4	3,60%
46 a 50	1	0,90%
51 a 55	12	10,81%
56 a 60	13	11,71%
61 a 65	10	9,01%
66 a 75	42	37,84%
Acima de 75	26	23,42%
Total	111	100%

Tabela 17 – Pensionistas por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.760,00	91	81,98%
R\$ 1.760,01 até 3.520,00	19	17,12%
R\$ 3.520,01 até 4.400,00	0	0,00%
R\$ 4.400,01 até 5.645,80	0	0,00%
Acima de 5.645,81	1	0,90%
Total	111	100%

4 DA APURAÇÃO DO RESULTADO ATUARIAL

4.1 INTRODUÇÃO

A partir da definição e aplicação das Premissas e Diretrizes Atuariais apresentadas no item 2, da aplicação das fórmulas matemáticas constantes na Nota Técnica Atuarial deste RPPS, sobre a base cadastral recebida do Ente posicionada em Dezembro/2019, passou-se a mensurar as Reservas Matemáticas que representam, na sua totalidade, o passivo atuarial do RPPS. Este passivo, quando confrontado com os ativos do Plano – que são as reservas financeiras, bens e direitos – resultarão em superávit, déficit ou equilíbrio do Plano Previdenciário em estudo.

4.2 RESERVA MATEMÁTICAS

A Reserva Matemática Total calculada sob o regime de capitalização divide-se em dois grandes grupos:

- a) **Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – RMBAC Líquida:** resulta da equação entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) e o Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) do grupo de **Servidores Ativos**.

Tabela 18 A – Demonstrativo dos Valores de VABFs e VACFs

REFERÊNCIA	Total (R\$)
VABF (RMBAC):	408.993.758,71
VACF - Adm. (RMBAC):	(90.224.557,47)
VACF - Serv. Ativo (RMBAC):	(65.294.087,64)
Resultado	253.475.113,60

- b) **Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – RMBC Líquida:** resulta da equação entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) e o Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF) do grupo de **Servidores Inativos e dos Pensionistas**.

Tabela 18 B – Demonstrativo dos Valores de VABFs e VACFs

REFERÊNCIA	Total (R\$)
VABF (RMBCC):	271.843.107,47
VACF - Adm. (RMBC):	-
VACF - Serv. Inat. (RMBC):	(718.273,55)
Resultado	271.124.833,92

No item a seguir se apresenta o Resultado Atuarial, representado pelas Reservas Matemáticas Líquidas em confronto com os ativos do Plano, devidamente atualizados à Dezembro/19.

4.3 RESULTADO ATUARIAL SEM APLICAÇÃO DO LDA

Na tabela abaixo está o Resultado Atuarial relativo à Avaliação Atuarial 2020:

Tabela 19 – Apuração do Resultado Atuarial

REFERÊNCIA	Total (R\$)
RMBAC (VABF – VACF) ⁽¹⁾	253.475.113,60
RMBC (VABF – VACF) ⁽²⁾	271.124.833,92
RESERVA MATEMÁTICA TOTAL (Líquida) ^(3 = 1 + 2)	524.599.947,52
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA À RECEBER ⁽⁴⁾	142.975.741,90
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA À PAGAR ⁽⁵⁾	(16.574.099,48)
ATIVO REAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO ⁽⁶⁾	165.881.271,58
RESULTADO ATUARIAL (Déficit a Amortizar) ^(7 = 3 - 4 + 5 - 6)	232.317.033,52

O resultado acima apresentado evidencia o **déficit** do Plano Previdenciário do RPPS do município de CAMPO BOM, cuja origem se deu, provavelmente, em razão de um ou mais dos seguintes fatores:

- Aplicação de um Plano de Custeio **inadequado** quando da instituição do RPPS;
- Atraso ou falta de repasse das contribuições instituídas em Lei;
- Utilização dos recursos financeiros para outros fins, que não os previdenciários;
- Aumentos salariais para os segurados do Plano Previdenciário acima da inflação e superando a premissa de crescimento salarial em anos anteriores;
- Rendimentos das aplicações e investimentos dos recursos financeiros do RPPS abaixo do mínimo atuarial esperado (meta atuarial);
- Ingresso de novos servidores sem a devida compensação financeira previdenciária;
- Promoções e incorporações de vantagens às vésperas da aposentadoria, sem a proporcional capitalização do sistema; e,
- Base cadastral incompleta, principalmente em relação a não informação do tempo de contribuição/serviço anterior à nomeação no serviço público.

REFERÊNCIAS:

⁽¹⁾RMBAC: Reserva Matemática de Benefícios a Conceder – Líquida.

⁽²⁾RMBC: Reserva Matemática de Benefícios Concedidos – Líquida.

⁽³⁾RESERVA MATEMÁTICA TOTAL: somatório da RMBAC e RMBC líquidas.

⁽⁴⁾COMPENSAÇÃO FINANCEIRA À RECEBER: valor estimado de compensação financeira com o RGPS, de que trata a Lei Federal nº 9.796, e de acordo com a Portaria MPS nº 464/2018. Para o presente estudo foi utilizado o percentual de 21% do somatório do VABF (RMBAC + RMBC), de acordo com o art. 10 da Instrução Normativa nº 09 de 21/12/2018, uma vez que a base cadastral da população segurada apresentou este tempo de vínculo médio ao RGPS.

⁽⁵⁾COMPENSAÇÃO FINANCEIRA À PAGAR: valor estimado de compensação financeira com o RGPS, de que trata a Lei Federal nº 9.796, e de acordo com a Portaria MPS nº 464/2018, tendo por base o número de servidores exonerados do Ente, desde a instituição do RPPS até o momento, suas remunerações e o período de contribuição.

⁽⁶⁾ATIVO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO: valor da reserva financeira acumulada até 31/12/2019.

4.4 LIMITE DE DÉFICIT ATUARIAL

A instrução normativa número 7 de 21/12/2018 que dispõe sobre os planos de amortização do deficit atuarial dos regimes próprios de previdência social, traz em seu artigo 2º.

Art. 2º Poderá ser deduzido, do valor do deficit atuarial apurado na avaliação atuarial, o Limite de Deficit Atuarial (LDA) calculado em função de um dos seguintes fatores:

- I - duração do passivo do fluxo de pagamento dos benefícios do RPPS; ou
- II - sobrevida média dos aposentados e pensionistas.

§ 1º O plano de amortização deve equacionar, no mínimo, o resultado atuarial deficitário apontado na avaliação atuarial menos o valor relativo ao LDA.
[...]

Art. 4º O deficit atuarial relativo à PMBaC poderá ser deduzido do LDA calculado de acordo com uma das seguintes opções:

- I - caso seja utilizada a duração do passivo deverá ser aplicada a seguinte fórmula do LDA:

$$LDA = (DP \times a) / 100 \times \text{deficit relativo à PMBaC}$$

onde:

LDA = Limite do Deficit Atuarial de que trata o art. 2º, representando a parcela relativa ao deficit atuarial que poderá não compor o plano de amortização.

DP = duração do passivo da projeção de pagamento dos benefícios líquidos do RPPS, expressa em anos, sem utilização da hipótese de reposição dos segurados ativos, calculada de acordo com o fluxo atuarial da respectiva avaliação atuarial, conforme metodologia e modelo aprovados por instrução normativa específica da Secretaria de Previdência.

a = constante definida no art. 8º em função do porte e risco atuarial do RPPS.

Para o município de CAMPO BOM, foi apurado o LDA utilizando como parâmetro base a duração do passivo e os resultados obtidos são os que seguem:

Tabela 20 – Aplicação do LDA

	DP
(+) Ativos Garantidores (R\$)	165.881.271,58
(-) Provisão Matemática Total (R\$)	398.198.305,10
(-) Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (R\$)	218.601.481,20
(-) Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (R\$)	179.596.823,90
(-) Resultado Atuarial (R\$) sem a aplicação do LDA	-232.317.033,52
Déficit/Superávit RMBC (R\$)	-52.720.209,62
Déficit RMBaC (R\$)	-179.596.823,90
Perfil Atuarial	Perfil 2
Duração do Passivo ou Sobrevida Média (anos)	19,11
LDA Constante (a) - Duration	1,75
LDA – Duration (R\$)	-60.061.667,83
Déficit Mínimo a Equacionar (R\$) após aplicar o LDA	-172.255.365,69

Observa-se então que após a aplicação do LDA, o município de CAMPO BOM, necessita equacionar um déficit atuarial de R\$ 172.255.365,69. Iremos analisar no capítulo a seguir, os novos parâmetros de prazo de amortização.

4.5 PRAZO MÁXIMO DE AMORTIZAÇÃO

O Artigo 6º da Instrução Normativa nº 9 de 21/12/2018, determina os prazos máximos que podem ser aplicados para amortização do déficit atuarial encontrado, onde o prazo máximo possível para o município de CAMPO BOM é:

II - caso seja utilizada a duração do passivo como parâmetro para o cálculo do LDA:

a) o prazo do plano de amortização deverá ser calculado pela seguinte fórmula:

$\text{Prazo} = \text{DP} \times c$

onde:

DP = duração do passivo, conforme definido no inciso I do art. 4º.

c = constante definida no art. 8º em função do porte e risco atuarial do RPPS.

Tabela 21 – Prazo Máximo de Amortização

Duração do Passivo ou Sobrevida Média (anos)	19,11
Constante (c)	2,00
Prazo Máximo de Amortização (anos)	38

Assim sendo, o município de CAMPO BOM, pode utilizar para o cálculo das alíquotas de plano de custeio, o prazo máximo de 38 anos, iniciando a contagem a partir do exercício vigente de 2020. Contudo, será utilizado o prazo de 35 anos, não sendo utilizado em sua totalidade o prazo máximo de amortização disponível.

4.6 PLANO DE CUSTEIO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

A partir dos resultados encontrados e apresentados no item anterior, passa-se a estabelecer o Plano de Custeio adequado ao RPPS do município de CAMPO BOM, como sendo o suficiente e necessário para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

O referido plano de custeio do RPPS está composto da seguinte forma:

- Alíquota Normal: valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros e método de financiamento adotado, referente a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.
- Alíquota Especial (Suplementar): valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias;

Atualmente a contribuição normal e especial (suplementar) está disposta da seguinte forma na legislação Municipal:

Contribuintes:	ALÍQUOTA	BASE LEGAL	VALOR BASE DE CONTRIBUIÇÃO
Servidores Ativos	11,00% Custo Normal	Art. 119 da Lei Municipal nº 1.472/93	Vencimento pago ao servidor pelo efetivo exercício do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis.
Servidor Inativo/Pensionista	11,00% Custo Normal	Art. 119 da Lei Municipal nº 1.472/93	Parcela dos proventos e das pensões que supera o limite máximo (ou o dobro para os portadores de doenças incapacitantes) estabelecido para os benefícios do RGPS, nos termos do § 18 e do § 21 do art. 40 da CF respectivamente.
Ente Público – Empregador	17,20% Custo Normal	Art. 119 da Lei Municipal nº 1.472/93	Sobre a folha dos segurados que contribuem.
	28,54% Custo Especial	Art. 119 da Lei Municipal nº 1.472/93	

O art. 40 da Constituição Federal, que determina aos RPPS a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, pressupõe que o conjunto de **receitas** seja suficiente para fazer frente às **despesas**

ao longo do tempo. A **receita contributiva**, quando combinada com as demais – compensação financeira previdenciária e receita financeira (capitalização) – deve ser suficiente para pagar os benefícios atuais e os futuros. Desta forma o plano de custeio sugerido a seguir, cumpre esta determinação constitucional:

Custo Normal das aposentadorias e pensões	26,20%
Custo Normal da Taxa de administração - Art. 119, § 3º da LM nº 1.472/1993	2,00%
CUSTO NORMAL TOTAL	28,20%

De acordo com a EC nº 103/2019 a alíquota do servidor ativo deverá ser de 14%, o que altera também o Plano de Custeio. Desta forma, a composição ficará assim:

Tabela 22 – Custo Normal

Alíquota Normal	Atual	Novo Custeio
Dos Servidores	11,00%	14,00%
Patronal	17,20%	17,20%
Total	28,20%	31,20%

Ao adequar o plano de custeio ao que dispõe a Constituição Federal alíquota total de 31,20% irá gerar um excedente de 3,00%, o qual poderá ser utilizado para ajudar na recuperação do passivo.

O custo normal total acima seria suficiente para o RPPS, não houvesse o déficit atuarial apontado no item 3.

O plano de custeio total aqui apresentado não é praticado pelo RPPS de CAMPO BOM. Portanto, para atender a legislação vigente e cumprir o requisito de equilíbrio financeiro e atuarial, especialmente para o Custo Especial, sugere-se a alíquota suplementar com aplicação do LDA, de acordo com os resultados apresentados no item 4.4.

4.6.1 CUSTEIO ESPECIAL – SEM A UTILIZAÇÃO DO LDA

O Artigo 6º da Instrução Normativa nº 7 de 21/12/2018, determina os prazos máximos que podem ser aplicados para amortização do déficit atuarial encontrado, onde o prazo máximo possível sem a utilização do LDA para o Município de CAMPO BOM é:

I - 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir do primeiro plano de amortização implementado pelo ente federativo após a publicação desta Instrução Normativa.

Assim sendo, o Município de CAMPO BOM, pode utilizar para o cálculo das alíquotas de plano de custeio, o prazo de 35 anos, iniciando a contagem a partir do exercício vigente de 2020.

A legislação em vigor autoriza o financiamento do referido déficit em 35 anos, através de alíquota especial (suplementar), respeitado as definições nos artigos 49, 55, 64 e 65 da Portaria nº 464/2018.

Portanto, para amortizar o déficit apresentado no item 3 e considerando que o município opte por permanecer com a alíquota atual do Ente (17,20%) alterando somente a alíquota do servidor para 14%, será necessária a seguinte alíquota especial (suplementar) conforme tabela 23:

Tabela 23 – Plano de amortização – Alíquota única

Ano	% sem excedente	% com excedente
Setembro/2020 – dezembro/2054	23,62%	20,62%

Uma vez amortizado todo o déficit atuarial, o qual é previsto para o ano 2054, o Custo Especial não mais será necessário, permanecendo apenas o Custo Normal.

4.7 PROJEÇÃO DAS FUTURAS APOSENTADORIAS E PENSÕES

Com base nas informações cadastrais dos servidores, fornecidas pelo Ente, procedeu-se a simulação dos próximos benefícios de aposentadorias e pensões a serem concedidos. Tal projeção leva em consideração a idade atual do segurado, a idade projetada de aposentadoria, o tempo anterior à nomeação (quando informado) e, para as pensões, a probabilidade de morte dos servidores.

Tabela 24 – Projeção das futuras aposentadorias e pensões

ANO	APOSENTADOS E PENSIONISTAS		FOLHA DE PAGAMENTOS		% DA BASE DE CONTRIBUIÇÃO
	NOVOS	ACUMULADO	NOVOS	ACUMULADA	
2019	0	755	0,00	1.558.809,22	34,41%
2020	66	821	174.046,13	1.748.443,44	38,22%
2021	24	845	57.510,50	1.823.438,38	39,46%
2022	23	868	54.459,23	1.896.131,99	40,63%
2023	38	906	94.545,61	2.009.638,92	42,64%
2024	30	936	70.836,54	2.100.571,85	44,12%
2025	18	954	40.118,09	2.161.695,65	44,96%
2026	31	985	72.198,94	2.255.511,55	46,44%
2027	15	1.000	29.498,55	2.307.565,21	47,05%
2028	30	1.030	86.197,83	2.416.838,70	48,79%
2029	41	1.071	96.623,96	2.537.631,04	50,72%
2030	40	1.111	91.895,51	2.654.902,87	52,54%
2031	44	1.155	107.312,10	2.788.763,99	54,64%
2032	42	1.197	120.385,30	2.937.036,93	56,97%
2033	40	1.237	109.775,98	3.076.183,29	59,08%
2034	55	1.292	153.865,59	3.260.810,71	62,01%
2035	70	1.362	219.537,53	3.512.956,35	66,14%

2036	94	1.456	272.593,89	3.820.679,80	71,22%
2037	75	1.531	240.436,62	4.099.323,22	75,66%
2038	92	1.623	255.685,50	4.396.001,96	80,33%
2039	61	1.684	183.333,26	4.623.295,23	83,65%

Ao se analisar as projeções acima, evidencia-se a evolução do número de aposentados e pensionistas nos próximos 20 anos, com a respectiva folha de pagamentos mensais, projetadas com os valores atuais de remuneração. Atualmente (ano base 2018) a folha de pagamentos dos aposentados e pensionistas do RPPS representa **34,41%** da base total de contribuição, evoluindo para 83,65% em 2039, considerando que as pessoas irão solicitar seu benefício de aposentadoria ao se elegerem a uma das regras mais vantajosas de benefício.

4.8 PROJEÇÕES ATUARIAIS

A partir dos dados cadastrais, do plano de custeio do RPPS, das ocorrências probabilísticas de novos benefícios de aposentadorias (voluntárias ou por invalidez) e pensões, foi possível construir uma projeção anual de receitas e despesas para um período de 75 anos, apresentada no Anexo IV.

4.9 PROVISÕES MATEMÁTICAS PROJETADAS

Tendo por base as Reservas Matemáticas posicionadas em 31/12/2019 procedeu-se a projeção das Provisões Matemáticas Previdenciárias. Tais Provisões estão apresentadas no Anexo II, para que sejam procedidos os registros contábeis obrigatórios, e projetadas no Anexo III. Tais projeções servirão, caso os gestores do RPPS entendam como necessário, como base para a contabilização (atualização) mensal das Provisões Matemáticas Previdenciárias.

4.10 HISTÓRICO DE RENTABILIDADE DO RPPS FRENTE À META ATUARIAL

Tomando-se por base as informações constantes na Base Cadastral enviada para a avaliação atuarial, fez-se o comparativo com a Meta Atuarial disposta na Política Anual de Investimentos (PI). Tal comparativo é apresentado a seguir:

Tabela 25 – Rentabilidade X Meta Atuarial

DATA BASE	RENDIMENTO (R\$)	RENTABILIDADE HISTÓRICA	INDEXADOR (PI)	TAXA DE JUROS (PI)	META ATUARIAL
31/12/2019	13.683.378,79	12,08%	INPC	6,00	10,75%

4.11 ANÁLISE COMPARATIVA DO RESULTADO ATUARIAL DO RPPS

Conforme determina a Portaria MPS nº 464/2018, no seu art. 70, procedeu-se a análise comparativa das últimas avaliações atuariais do RPPS de CAMPO BOM, chegando-se aos seguintes parâmetros:

Tabela 26 – Análise comparativa das últimas avaliações

DATA DA AVALIAÇÃO	SALDO REAL	RESERVA MATEMÁTICA	DÉFICIT ATUARIAL	ÍNDICE DE COBERTURA (%)
31/12/2017	125.396.976,14	460.496.329,37	335.099.353,23	27,23
31/12/2018	142.249.261,29	411.645.204,80	269.395.943,51	34,56
31/12/2019	165.881.271,58	524.599.947,52	358.718.675,94	31,62

A partir dos dados acima, pode-se evidenciar não evolução, em especial no último ano, do RPPS no seu objetivo de capitalizar recursos para pagamento dos benefícios sob sua gestão. Em 31/12/2017 o RPPS apresentava **27,23%** de cobertura financeira para seus compromissos (Reserva Matemática Líquida). Na presente avaliação a cobertura financeira atingiu **31,62%**, sugerindo que o Plano de Custeio precisa de ajustes, embora as premissas atuariais adotadas nas últimas avaliações sugiram aderência ao efetivamente ocorrido.

5 DO PARECER ATUARIAL

A presente Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário do RPPS do município de CAMPO BOM, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente. Os resultados encontrados resultam de projeções futuras baseadas em hipóteses, parâmetros de cálculo e critérios internacionalmente aceitos, e dimensionam os Custos e as Provisões Matemáticas do Plano de Previdenciário, atendendo a Portaria MPS nº 464/2018, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para a realização deste tipo de estudo.

A base cadastral utilizada se encontra com bom nível de informação, propiciando uma análise do sistema de previdência com boa margem de confiança. A referida base foi tratada no que tange a sua consistência, dados faltantes foram complementados pela Administração Municipal, o que propiciou um bom tratamento estatístico.

Os resultados encontrados evidenciam um desequilíbrio importante no RPPS de CAMPO BOM, originado no serviço passado. Tal desequilíbrio (déficit) está recebendo o tratamento adequado (equacionamento) através de alíquota especial (suplementar), ainda não totalmente implementada na Legislação Municipal. O déficit encontrado tem sua origem na combinação de alguns fatores importantes, os quais foram elencados no item 4.3 acima. A implantação da contribuição especial (suplementar), tem por objetivo garantir a estabilidade do RPPS de acordo com os fluxos futuros de pagamento de benefício. Estas contribuições especiais perdurarão até a quitação total do déficit atuarial.

O Plano de Custeio se mostra condizente com os compromissos do RPPS. Por sua vez, as rentabilidades auferidas no sistema financeiro nacional, pela aplicação e investimento das Reservas Financeiras, no último ano, evidencia que o RPPS cumpriu a meta atuarial do Plano e, pelo atingimento da meta, houve um ganho atuarial de R\$ 2.131.722,88.

Por fim, o Patrimônio de Cobertura do passivo atuarial do RPPS vem crescendo, evidenciando que o Plano de Custeio e as Premissas adotadas estão adequadas, podendo ser mantidas.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A partir dos resultados prévios apresentados neste relatório, passa-se para as seguintes conclusões e recomendações:

- a) O RPPS do Município de CAMPO BOM apresenta um resultado atuarial deficitário em R\$ 232.317.033,52, sem considerar a utilização do LDA;
- b) Ao se considerar o uso do LDA o resultado atuarial deficitário ficará em R\$ 172.255.365,69;
- c) Em razão das modificações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, passa-se a recomendar o seguinte:
 - 1) Alterar a alíquota de contribuição dos servidores para 14% (quatorze por cento) conforme art. 9º § 4º da EC nº 103/2019 ou Progressiva, conforme art. 149, § 1 da CF;
 - 2) Estudar a possibilidade de estabelecer alíquota de contribuição ordinária para aposentados e pensionistas que percebam benefício acima do salário mínimo, conforme disposto art. 149, § 1-A da CF, em razão do déficit atuarial apresentado no item 3;
 - 3) Alterar a legislação Municipal a fim de adequar o rol de benefícios do RPPS ao que está na Constituição Federal, excluindo deste os benefícios de auxílio doença, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão;
 - 4) Adequar o Plano de Custeio Especial, de amortização do déficit atuarial, conforme a sugestão constante no item 4.6.1; e,
 - 5) Observar os prazos da Portaria ME/SEPT nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, quanto ao atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios.

PORTO ALEGRE, 26/05/2020.


Michele de Mattos Dall'Agnol
Atuária MTE 2.991
CPF: 837.350.850-67


Joel Fraga da Silva
Atuário - MISA 1.060 - CRC/RS 61.030
CPF: 066.713.950-57

7 ANEXOS

ANEXO I	TÁBUA DE COMUTAÇÕES IBGE-2018
ANEXO II	PROVISÕES MATEMÁTICAS
ANEXO III	PROVISÕES MATEMÁTICAS PROJETADAS
ANEXO IV	PROJEÇÕES ATUARIAIS – 75 ANOS
ANEXO V	PROJEÇÕES ATUARIAIS – RREO - LDO
ANEXO VI	PLANO DE AMORTIZAÇÃO
ANEXO VII	DEMONSTRATIVO CUSTEIO X BENEFÍCIOS



ANEXO I - TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE-2018 (M/F) E HUNTER/ÁLVARO VINDAS

x	Masculino q_x/q_x''	Feminino q_x/q_x''	Hunter AV i_x
0	0,0133052509	0,0113507499	0,000000
1	0,0009123611	0,0007621916	0,000000
2	0,0006005573	0,0004758333	0,000000
3	0,0004628229	0,0003546940	0,000000
4	0,0003829368	0,0002863312	0,000000
5	0,0003307292	0,0002425027	0,000000
6	0,0002947965	0,0002126890	0,000000
7	0,0002701915	0,0001922742	0,000000
8	0,0002549781	0,0001792582	0,000000
9	0,0002491417	0,0001731602	0,000000
10	0,0002543956	0,0001746979	0,000000
11	0,0002745096	0,0001858496	0,000000
12	0,0003161268	0,0002203543	0,000000
13	0,0003902107	0,0002638003	0,000000
14	0,0005144281	0,0003051637	0,000000
15	0,0010241127	0,0003451444	0,000575
16	0,0013104503	0,0003934909	0,000573
17	0,0015706855	0,0004325139	0,000572
18	0,0017835837	0,0004571330	0,000570
19	0,0019550800	0,0004712725	0,000569
20	0,0021267306	0,0004843490	0,000569
21	0,0022928543	0,0005012584	0,000569
22	0,0024023788	0,0005185368	0,000569
23	0,0024401019	0,0005372498	0,000570
24	0,0024243548	0,0005579299	0,000572
25	0,0023844549	0,0005794017	0,000575
26	0,0023504821	0,0006032184	0,000579
27	0,0023315693	0,0006328723	0,000583
28	0,0023423687	0,0006699546	0,000589
29	0,0023773474	0,0007135263	0,000596
30	0,0024171451	0,0007633920	0,000605
31	0,0024548859	0,0008165660	0,000615
32	0,0025040291	0,0008700334	0,000628
33	0,0025662597	0,0009222084	0,000643
34	0,0026419677	0,0009759012	0,000660
35	0,0027327200	0,0010361980	0,000681
36	0,0028372713	0,0011067344	0,000704
37	0,0029535519	0,0011875096	0,000732
38	0,0030811585	0,0012802551	0,000764
39	0,0032234643	0,0013856839	0,000801
40	0,0033834435	0,0015005793	0,000844
41	0,0035671671	0,0016281378	0,000893
42	0,0037802019	0,0017760070	0,000949
43	0,0040268664	0,0019474477	0,001014
44	0,0043061966	0,0021396650	0,001088
45	0,0046126833	0,0023505086	0,001174
46	0,0049458252	0,0025731588	0,001271
47	0,0053116320	0,0028019081	0,001383
48	0,0057120267	0,0030331001	0,001511
49	0,0061469913	0,0032715673	0,001657
50	0,0066160703	0,0035289353	0,001823
51	0,0071186843	0,0038100469	0,002014
52	0,0076555830	0,0041103189	0,002231
53	0,0082274780	0,0044312837	0,002479
54	0,0088367734	0,0047768728	0,002762
55	0,0094958827	0,0051569196	0,003085
56	0,0102013766	0,0055726681	0,003452
57	0,0109391086	0,0060187913	0,003872
58	0,0117059373	0,0064963395	0,004350
59	0,0125156096	0,0070145865	0,004895

**GESTORUM**

Excelência em Gestão Previdenciária

x	Masculino q_x/q_x''	Feminino q_x/q_x''	Hunter AV i_x
60	0,0133864622	0,0075835644	0,005516
61	0,0143418321	0,0082180576	0,006223
62	0,0153980209	0,0089309423	0,007029
63	0,0165736806	0,0097345773	0,007947
64	0,0178752185	0,0106330066	0,008993
65	0,0192711660	0,0116156782	0,010193
66	0,0207904839	0,0126942550	0,011542
67	0,0225128711	0,0139010336	0,013087
68	0,0244819770	0,0152545401	0,014847
69	0,0266884992	0,0167576457	0,016852
70	0,0290721123	0,0183837643	0,019135
71	0,0316245780	0,0201506810	0,021734
72	0,0344146499	0,0221183877	0,024695
73	0,0374706555	0,0243201673	0,028066
74	0,0408010859	0,0267568956	0,031904
75	0,0443913450	0,0293763888	0,036275
76	0,0482552819	0,0321995771	0,041252
77	0,0524478151	0,0353263344	0,046919
78	0,0570080290	0,0388126820	0,053371
79	0,0619647670	0,0426641065	0,060718
80	0,0662687331	0,0468070981	0,069084
81	0,0708345747	0,0511151648	0,078608
82	0,0756988639	0,0556133565	0,089453
83	0,0809044962	0,0603301828	0,101800
84	0,0865021611	0,0652983680	0,115859
85	0,0925522306	0,0705557898	0,131865
86	0,0991272141	0,0761466615	0,150090
87	0,1063149819	0,0821230337	0,170840
88	0,1142230513	0,0885467233	0,194465
89	0,1229843595	0,0954918179	0,221363
90	0,1327651502	0,1030479662	0,251988
91	0,1437759115	0,1113247543	0,287636
92	0,1562867965	0,1204576041	0,327420
93	0,1706497489	0,1306158372	0,372719
94	0,1873308484	0,1420138710	0,424296
95	0,2069585216	0,1549270201	0,483022
96	0,2303968156	0,1697141979	0,549889
97	0,2588587381	0,1868511475	0,626024
98	0,2940836275	0,2069800442	0,712712
99	0,3386134294	0,2309849840	0,811416
100	0,3962016982	0,2601088819	0,913801
101	0,4722998304	0,2961364810	1,000000
102	0,5740345612	0,3416789718	1,000000
103	0,7067550946	0,4005922203	1,000000
104	0,8578213840	0,4784573009	1,000000
105	0,9692472912	0,5824569265	1,000000
106	0,9988388217	0,7174130771	1,000000
107	0,9999986004	0,8681823601	1,000000
108	1,0000000000	0,9738845889	1,000000
109	1,0000000000	0,9991763084	1,000000
110	1,0000000000	0,9999993000	1,000000

ANEXO II - RESERVAS MATEMÁTICAS
FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAMPO BOM
Plano de Benefícios Definidos

Operação	Plano de Contas	RS
C	2.2.7.2.0.00.00	
C	2.2.7.2.1.00.00	165.881.271,58
C	2.2.7.2.1.01.00	165.881.271,58
C	2.2.7.2.1.01.01	-
D	2.2.7.2.1.01.02	-
D	2.2.7.2.1.01.03	-
D	2.2.7.2.1.01.04	-
D	2.2.7.2.1.01.05	-
D	2.2.7.2.1.01.06	-
D	2.2.7.2.1.01.07	-
C	2.2.7.2.1.02.00	-
C	2.2.7.2.1.02.01	-
D	2.2.7.2.1.02.02	-
D	2.2.7.2.1.02.03	-
D	2.2.7.2.1.02.04	-
D	2.2.7.2.1.02.05	-
D	2.2.7.2.1.02.06	-
C	2.2.7.2.1.03.00	218.601.481,20
C	2.2.7.2.1.03.01	271.843.107,47
D	2.2.7.2.1.03.02	-
D	2.2.7.2.1.03.03	(695.913,57)
D	2.2.7.2.1.03.04	(22.359,98)
D	2.2.7.2.1.03.05	(52.523.352,72)
D	2.2.7.2.1.03.06	-
C	2.2.7.2.1.04.00	179.596.823,90
C	2.2.7.2.1.04.01	408.993.758,71
D	2.2.7.2.1.04.02	(90.224.557,47)
D	2.2.7.2.1.04.03	(65.294.087,64)
D	2.2.7.2.1.04.04	(73.878.289,70)
D	2.2.7.2.1.04.05	-
D	2.2.7.2.1.05.00	(232.317.033,52)
D	2.2.7.2.1.05.98	(232.317.033,52)
C	2.2.7.2.1.06.00	-
C	2.2.7.2.1.06.01	-
C	2.2.7.2.1.07.00	-
C	2.2.7.2.1.07.01	-
C	2.2.7.2.1.07.02	-
C	2.2.7.2.1.07.03	-
C	2.2.7.2.1.07.04	-
C	2.2.7.2.1.07.98	-

**GESTORUM**

Excelência em Gestão Previdenciária

ANEXO III - EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS									
	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06		
Mês	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS		
0	dez/19	218.601.481,20	271.843.107,47	-	(695.913,57)	(22.359,98)	-		
1	jan/20	219.004.975,45	272.672.174,07	-	(705.437,95)	(22.806,75)	-		
2	fev/20	219.408.469,71	273.501.240,67	-	(714.962,33)	(23.253,52)	-		
3	mar/20	219.811.963,96	274.330.307,27	-	(724.486,71)	(23.700,28)	-		
4	abr/20	220.215.458,21	275.159.373,87	-	(734.011,09)	(24.147,05)	-		
5	mai/20	220.618.952,46	275.988.440,47	-	(743.535,47)	(24.593,82)	-		
6	jun/20	221.022.446,72	276.817.507,07	-	(753.059,85)	(25.040,58)	-		
7	jul/20	221.425.940,97	277.646.573,67	-	(762.584,23)	(25.487,35)	-		
8	ago/20	221.829.435,22	278.475.640,27	-	(772.108,61)	(25.934,11)	-		
9	set/20	222.232.929,47	279.304.706,86	-	(781.632,99)	(26.380,88)	-		
10	out/20	222.636.423,73	280.133.773,46	-	(791.157,37)	(26.827,65)	-		
11	nov/20	223.039.917,98	280.962.840,06	-	(800.681,75)	(27.274,41)	-		
12	dez/20	223.443.412,23	281.791.906,66	-	(810.206,13)	(27.721,18)	-		

	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00
Mês	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO
0	dez/19	179.596.823,90	408.993.758,71	(90.224.557,47)	(65.294.087,64)	(73.878.289,70)	(232.317.033,52)
1	jan/20	181.017.918,55	413.292.199,50	(91.462.696,47)	(66.348.718,51)	(74.462.865,98)	(232.238.960,92)
2	fev/20	182.439.013,20	417.590.640,28	(92.700.835,46)	(67.403.349,37)	(75.047.442,25)	(232.160.888,33)
3	mar/20	183.860.107,85	421.889.081,07	(93.938.974,46)	(68.457.980,24)	(75.632.018,53)	(232.082.815,73)
4	abr/20	185.281.202,50	426.187.521,86	(95.177.113,45)	(69.512.611,10)	(76.216.594,80)	(232.004.743,14)
5	mai/20	186.702.297,15	430.485.962,64	(96.415.252,45)	(70.567.241,97)	(76.801.171,08)	(231.926.670,54)
6	jun/20	188.123.391,80	434.784.403,43	(97.653.391,44)	(71.621.872,83)	(77.385.747,35)	(231.848.597,95)
7	jul/20	189.544.486,45	439.082.844,22	(98.891.530,44)	(72.676.503,70)	(77.970.323,63)	(231.770.525,35)
8	ago/20	190.965.581,11	443.381.285,01	(100.129.669,43)	(73.731.134,57)	(78.554.899,90)	(231.692.452,75)
9	set/20	192.386.675,76	447.679.725,79	(101.367.808,43)	(74.785.765,43)	(79.139.476,18)	(231.614.380,16)
10	out/20	193.807.770,41	451.978.166,58	(102.605.947,42)	(75.840.396,30)	(79.724.052,45)	(231.536.307,56)
11	nov/20	195.228.865,06	456.276.607,37	(103.844.086,42)	(76.895.027,16)	(80.308.628,73)	(231.458.234,97)
12	dez/20	196.649.959,71	460.575.048,15	(105.082.225,41)	(77.949.658,03)	(80.893.205,00)	(231.380.162,37)

ANEXO IV - PROJEÇÕES ATUARIAIS

Ano	Ativos	Apos.	Pens.	Inativos	Custeio	Benefícios	Aplicação	Saldo
					R\$	R\$	R\$	R\$
2019	1.969	644	111	755	35.942.207,92	23.624.617,03	13.683.378,79	133.458.233,95
2020	1969	710	111	821	34.054.138,82	22.342.278,17	8.007.494,04	153.177.588,64
2021	1969	735	111	846	36.195.872,47	23.283.073,77	9.190.655,32	175.281.042,66
2022	1969	758	111	869	38.377.343,14	24.182.487,33	10.516.862,56	199.992.761,03
2023	1969	796	111	907	40.599.131,40	25.536.636,06	11.999.565,66	227.054.822,03
2024	1969	826	111	937	42.861.825,43	26.678.934,34	13.623.289,32	256.861.002,44
2025	1969	844	111	955	45.166.021,20	27.483.204,43	15.411.660,15	289.955.479,36
2026	1969	875	111	986	47.512.322,45	28.692.954,37	17.397.328,76	326.172.176,20
2027	1969	890	112	1002	49.901.340,88	29.457.752,96	19.570.330,57	366.186.094,70
2028	1969	920	112	1032	52.333.696,20	30.675.275,40	21.971.165,68	409.815.681,18
2029	1969	961	113	1074	54.810.016,26	32.277.386,81	24.588.940,87	456.937.251,50
2030	1969	1000	113	1113	57.330.937,10	33.824.105,62	27.416.235,09	507.860.318,07
2031	1969	1044	114	1158	59.897.103,11	35.578.833,15	30.471.619,08	562.650.207,12
2032	1969	1085	114	1199	62.509.167,10	37.247.195,72	33.759.012,43	621.671.190,93
2033	1969	1125	115	1240	62.840.012,92	38.935.288,95	37.300.271,46	682.876.186,36
2034	1969	1179	116	1295	63.566.582,41	41.110.624,14	40.972.571,18	746.304.715,81
2035	1969	1249	117	1366	64.201.733,71	43.853.317,51	44.778.282,95	811.431.414,96
2036	1969	1342	117	1459	64.843.236,53	47.390.043,65	48.685.884,90	877.570.492,74
2037	1969	1417	118	1535	65.491.154,38	50.410.631,32	52.654.229,56	945.305.245,35
2038	1969	1508	119	1627	66.145.551,40	54.030.627,94	56.718.314,72	1.014.138.483,53
2039	1969	1568	120	1688	66.806.492,39	56.653.959,66	60.848.309,01	1.085.139.325,27
2040	1969	1622	121	1743	17.206.536,84	59.116.355,46	65.108.359,52	1.108.337.866,17
2041	1969	1659	122	1781	17.378.087,69	61.027.108,59	66.500.271,97	1.131.189.117,23
2042	1969	1714	123	1837	17.551.354,05	63.606.705,97	67.871.347,03	1.153.005.112,34
2043	1969	1744	124	1868	17.726.353,07	65.338.867,27	69.180.306,74	1.174.572.904,88
2044	1969	1773	125	1898	17.903.102,08	67.063.236,93	70.474.374,29	1.195.887.144,31
2045	1969	1792	126	1918	18.081.618,58	68.451.210,86	71.753.228,66	1.217.270.780,69
2046	1969	1795	127	1922	18.261.920,24	69.271.449,55	73.036.246,84	1.239.297.498,23
2047	1969	1794	128	1922	18.444.024,93	69.952.578,82	74.357.849,89	1.262.146.794,23
2048	1969	1788	129	1917	18.627.950,66	70.452.708,84	75.728.807,65	1.286.050.843,71
2049	1969	1814	130	1944	18.813.715,64	72.169.104,73	77.163.050,62	1.309.858.505,24
2050	1969	1839	131	1970	19.001.338,28	73.874.489,79	78.591.510,31	1.333.576.864,05
2051	1969	1863	132	1995	19.190.837,14	75.568.089,23	80.014.611,84	1.357.214.223,80
2052	1969	1887	133	2020	19.382.230,99	77.288.173,22	81.432.853,43	1.380.741.134,99
2053	1969	1910	134	2044	19.575.538,78	78.995.648,28	82.844.468,10	1.404.165.493,60
2054	1969	1933	135	2068	19.770.779,65	80.729.544,01	84.249.929,62	1.427.456.658,85
2055	1969	1955	136	2091	19.967.972,93	82.449.971,28	85.647.399,53	1.450.622.060,03

Ano	Ativos	Apos.	Pens.	Inativos	Custeio	Benefícios	Aplicação	Saldo
					R\$	R\$	R\$	R\$
2056	1969	1977	137	2114	20.167.138,13	84.196.734,13	87.037.323,60	1.473.629.787,64
2057	1969	1999	137	2136	20.368.295,00	85.941.928,75	88.417.787,26	1.496.473.941,14
2058	1969	2020	138	2158	20.571.463,43	87.700.682,33	89.788.436,47	1.519.133.158,70
2059	1969	2040	139	2179	20.776.663,54	89.444.135,78	91.147.989,52	1.541.613.675,99
2060	1969	2060	140	2200	20.983.915,65	91.213.688,22	92.496.820,56	1.563.880.723,98
2061	1969	2080	141	2221	21.193.240,29	93.009.687,31	93.832.843,44	1.585.897.120,40
2062	1969	2099	142	2241	21.404.658,17	94.789.334,96	95.153.827,22	1.607.666.270,84
2063	1969	2118	143	2261	21.618.190,24	96.595.274,60	96.459.976,25	1.629.149.162,73
2064	1969	2137	144	2281	21.833.857,62	98.427.854,09	97.748.949,76	1.650.304.116,02
2065	1969	2155	145	2300	22.051.681,67	100.242.968,12	99.018.246,96	1.671.131.076,53
2066	1969	2173	145	2318	22.271.683,97	102.053.635,74	100.267.864,59	1.691.616.989,35
2067	1969	2190	146	2336	22.493.886,29	103.876.356,25	101.497.019,36	1.711.731.538,75
2068	1969	2207	147	2354	22.718.310,63	105.725.325,81	102.703.892,33	1.731.428.415,90
2069	1969	2224	148	2372	22.944.979,22	107.600.887,11	103.885.704,95	1.750.658.212,96
2070	1969	2240	149	2389	23.173.914,49	109.456.661,80	105.039.492,78	1.769.414.958,43
2071	1969	2256	150	2406	23.405.139,12	111.338.791,90	106.164.897,51	1.787.646.203,15
2072	1969	2272	151	2423	23.638.675,99	113.247.618,93	107.258.772,19	1.805.296.032,40
2073	1969	2287	151	2438	23.874.548,23	115.102.212,18	108.317.761,94	1.822.386.130,39
2074	1969	2302	152	2454	24.112.779,19	117.016.039,19	109.343.167,82	1.838.826.038,21
2075	1969	2317	153	2470	24.353.392,46	118.956.632,52	110.329.562,29	1.854.552.360,45
2076	1969	2331	154	2485	24.596.411,86	120.874.736,25	111.273.141,63	1.869.547.177,69
2077	1969	2345	154	2499	24.841.861,46	122.784.825,66	112.172.830,66	1.883.777.044,16
2078	1969	2359	155	2514	25.089.765,56	124.755.854,92	113.026.622,65	1.897.137.577,45
2079	1969	2372	156	2528	25.340.148,69	126.702.923,50	113.828.254,65	1.909.603.057,29
2080	1969	2385	156	2541	25.593.035,66	128.640.932,33	114.576.183,44	1.921.131.344,05
2081	1969	2398	157	2555	25.848.451,50	130.640.911,84	115.267.880,64	1.931.606.764,36
2082	1969	2410	158	2568	26.106.421,49	132.615.375,59	115.896.405,86	1.940.994.216,12
2083	1969	2423	158	2581	26.366.971,19	134.632.840,29	116.459.652,97	1.949.187.999,99
2084	1969	2435	159	2594	26.630.126,38	136.660.651,22	116.951.280,00	1.956.108.755,14
2085	1969	2446	160	2606	26.895.913,12	138.661.308,45	117.366.525,31	1.961.709.885,12
2086	1969	2458	160	2618	27.164.357,73	140.705.390,79	117.702.593,11	1.965.871.445,17
2087	1969	2469	161	2630	27.435.486,79	142.759.239,83	117.952.286,71	1.968.499.978,83
2088	1969	2480	161	2641	27.709.327,14	144.801.626,26	118.109.998,73	1.969.517.678,44
2089	1969	2491	162	2653	27.985.905,89	146.909.438,24	118.171.060,71	1.968.765.206,80
2090	1969	2501	163	2664	28.265.250,43	148.987.912,53	118.125.912,41	1.966.168.457,11
2091	1969	2511	163	2674	28.547.388,41	151.053.630,65	117.970.107,43	1.961.632.322,29
2092	1969	2521	164	2685	28.832.347,78	153.185.795,41	107.889.777,73	1.945.168.652,38
2093	1969	2531	164	2695	29.120.156,73	155.305.066,73	106.984.275,88	1.925.968.018,27
2094	1969	2541	165	2706	29.410.843,78	157.492.240,57	105.928.241,00	1.903.814.862,48



ANEXO V

CAMPO BOM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE CAMPO BOM

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

(2019 - 2093)

RREO - ANEXO XIII (LRF, art. 53, §1º, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2019	49.625.586,71	23.624.617,03	26.000.969,68	133.458.233,95
2020	42.061.632,86	22.342.278,17	19.719.354,69	153.177.588,64
2021	45.386.527,79	23.283.073,77	22.103.454,02	175.281.042,66
2022	48.894.205,70	24.182.487,33	24.711.718,37	199.992.761,03
2023	52.598.697,06	25.536.636,06	27.062.060,99	227.054.822,03
2024	56.485.114,76	26.678.934,34	29.806.180,41	256.861.002,44
2025	60.577.681,34	27.483.204,43	33.094.476,91	289.955.479,36
2026	64.909.651,21	28.692.954,37	36.216.696,84	326.172.176,20
2027	69.471.671,45	29.457.752,96	40.013.918,50	366.186.094,70
2028	74.304.861,89	30.675.275,40	43.629.586,49	409.815.681,18
2029	79.398.957,13	32.277.386,81	47.121.570,32	456.937.251,50
2030	84.747.172,19	33.824.105,62	50.923.066,57	507.860.318,07
2031	90.368.722,19	35.578.833,15	54.789.889,04	562.650.207,12
2032	96.268.179,53	37.247.195,72	59.020.983,81	621.671.190,93
2033	100.140.284,38	38.935.288,95	61.204.995,43	682.876.186,36
2034	104.539.153,59	41.110.624,14	63.428.529,45	746.304.715,81
2035	108.980.016,66	43.853.317,51	65.126.699,15	811.431.414,96
2036	113.529.121,43	47.390.043,65	66.139.077,78	877.570.492,74
2037	118.145.383,94	50.410.631,32	67.734.752,62	945.305.245,35
2038	122.863.866,12	54.030.627,94	68.833.238,18	1.014.138.483,53
2039	127.654.801,41	56.653.959,66	71.000.841,74	1.085.139.325,27
2040	82.314.896,36	59.116.355,46	23.198.540,89	1.108.337.866,17
2041	83.878.359,66	61.027.108,59	22.851.251,07	1.131.189.117,23
2042	85.422.701,08	63.606.705,97	21.815.995,11	1.153.005.112,34
2043	86.906.659,81	65.338.867,27	21.567.792,54	1.174.572.904,88
2044	88.377.476,37	67.063.236,93	21.314.239,44	1.195.887.144,31
2045	89.834.847,24	68.451.210,86	21.383.636,38	1.217.270.780,69
2046	91.298.167,09	69.271.449,55	22.026.717,54	1.239.297.498,23
2047	92.801.874,82	69.952.578,82	22.849.296,00	1.262.146.794,23
2048	94.356.758,31	70.452.708,84	23.904.049,47	1.286.050.843,71
2049	95.976.766,26	72.169.104,73	23.807.661,54	1.309.858.505,24
2050	97.592.848,59	73.874.489,79	23.718.358,80	1.333.576.864,05
2051	99.205.448,98	75.568.089,23	23.637.359,75	1.357.214.223,80
2052	100.815.084,42	77.288.173,22	23.526.911,20	1.380.741.134,99
2053	102.420.006,88	78.995.648,28	23.424.358,61	1.404.165.493,60
2054	104.020.709,27	80.729.544,01	23.291.165,25	1.427.456.658,85
2055	105.615.372,46	82.449.971,28	23.165.401,18	1.450.622.060,03
2056	107.204.461,74	84.196.734,13	23.007.727,60	1.473.629.787,64
2057	108.786.082,25	85.941.928,75	22.844.153,50	1.496.473.941,14
2058	110.359.899,89	87.700.682,33	22.659.217,57	1.519.133.158,70
2059	111.924.653,06	89.444.135,78	22.480.517,29	1.541.613.675,99
2060	113.480.736,21	91.213.688,22	22.267.047,99	1.563.880.723,98
2061	115.026.083,73	93.009.687,31	22.016.396,42	1.585.897.120,40
2062	116.558.485,40	94.789.334,96	21.769.150,44	1.607.666.270,84
2063	118.078.166,49	96.595.274,60	21.482.891,89	1.629.149.162,73
2064	119.582.807,38	98.427.854,09	21.154.953,29	1.650.304.116,02
2065	121.069.928,63	100.242.968,12	20.826.960,51	1.671.131.076,53

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" Exercício Anterior)+(c)
2066	122.539.548,56	102.053.635,74	20.485.912,82	1.691.616.989,35
2067	123.990.905,65	103.876.356,25	20.114.549,40	1.711.731.538,75
2068	125.422.202,96	105.725.325,81	19.696.877,15	1.731.428.415,90
2069	126.830.684,17	107.600.887,11	19.229.797,06	1.750.658.212,96
2070	128.213.407,27	109.456.661,80	18.756.745,46	1.769.414.958,43
2071	129.570.036,62	111.338.791,90	18.231.244,72	1.787.646.203,15
2072	130.897.448,18	113.247.618,93	17.649.829,25	1.805.296.032,40
2073	132.192.310,17	115.102.212,18	17.090.097,99	1.822.386.130,39
2074	133.455.947,01	117.016.039,19	16.439.907,82	1.838.826.038,21
2075	134.682.954,75	118.956.632,52	15.726.322,24	1.854.552.360,45
2076	135.869.553,49	120.874.736,25	14.994.817,24	1.869.547.177,69
2077	137.014.692,12	122.784.825,66	14.229.866,47	1.883.777.044,16
2078	138.116.388,21	124.755.854,92	13.360.533,29	1.897.137.577,45
2079	139.168.403,34	126.702.923,50	12.465.479,84	1.909.603.057,29
2080	140.169.219,10	128.640.932,33	11.528.286,77	1.921.131.344,05
2081	141.116.332,14	130.640.911,84	10.475.420,30	1.931.606.764,36
2082	142.002.827,35	132.615.375,59	9.387.451,77	1.940.994.216,12
2083	142.826.624,15	134.632.840,29	8.193.783,86	1.949.187.999,99
2084	143.581.406,38	136.660.651,22	6.920.755,15	1.956.108.755,14
2085	144.262.438,43	138.661.308,45	5.601.129,98	1.961.709.885,12
2086	144.866.950,84	140.705.390,79	4.161.560,05	1.965.871.445,17
2087	145.387.773,50	142.759.239,83	2.628.533,66	1.968.499.978,83
2088	145.819.325,87	144.801.626,26	1.017.699,61	1.969.517.678,44
2089	146.156.966,60	146.909.438,24	-752.471,64	1.968.765.206,80
2090	146.391.162,84	148.987.912,53	-2.596.749,70	1.966.168.457,11
2091	146.517.495,84	151.053.630,65	-4.536.134,82	1.961.632.322,29
2092	136.722.125,50	153.185.795,41	-16.463.669,91	1.945.168.652,38
2093	136.104.432,61	155.305.066,73	-19.200.634,11	1.925.968.018,27

Nota:

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Financeiras: Taxa de Juros de 5,86%, Crescimento Salarial de 1,00% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de até 21% da Reserva Matemática.

Biométricas: Tábua de Mortalidade IBGE-2018 (Sobrevivência de Válidos e Inválidos) e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

Demográficas: A População está baseada em informações individuais de Servidores Estatutários Ativos, Aposentados, Pensionistas e Dependentes. O Compromisso Médio Familiar do Segurado foi calculado individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A Rotatividade foi desconsiderada e os Novos Entrandos não foram adotados para efeito de determinação do Custeio ou das Reservas.



ANEXO VI - PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Ano	Percentual (%)	Base de Cálculo (R\$)	Saldo Inicial (R\$)	(-) Pagamento (R\$)	Juros (R\$)	Saldo Final (R\$)
2020	23,62%	59.275.477,04	232.317.033,52	14.000.867,68	13.613.778,16	231.929.944,01
2021	23,62%	59.868.231,81	231.929.944,01	14.140.876,35	13.591.094,72	231.380.162,37
2022	23,62%	60.466.914,13	231.380.162,37	14.282.285,12	13.558.877,52	230.656.754,77
2023	23,62%	61.071.583,27	230.656.754,77	14.425.107,97	13.516.485,83	229.748.132,63
2024	23,62%	61.682.299,10	229.748.132,63	14.569.359,05	13.463.240,57	228.642.014,15
2025	23,62%	62.299.122,09	228.642.014,15	14.715.052,64	13.398.422,03	227.325.383,54
2026	23,62%	62.922.113,32	227.325.383,54	14.862.203,17	13.321.267,48	225.784.447,86
2027	23,62%	63.551.334,45	225.784.447,86	15.010.825,20	13.230.968,64	224.004.591,30
2028	23,62%	64.186.847,79	224.004.591,30	15.160.933,45	13.126.669,05	221.970.326,90
2029	23,62%	64.828.716,27	221.970.326,90	15.312.542,78	13.007.461,16	219.665.245,28
2030	23,62%	65.477.003,43	219.665.245,28	15.465.668,21	12.872.383,37	217.071.960,44
2031	23,62%	66.131.773,47	217.071.960,44	15.620.324,89	12.720.416,88	214.172.052,43
2032	23,62%	66.793.091,20	214.172.052,43	15.776.528,14	12.550.482,27	210.946.006,56
2033	23,62%	67.461.022,12	210.946.006,56	15.934.293,42	12.361.435,98	207.373.149,12
2034	23,62%	68.135.632,34	207.373.149,12	16.093.636,36	12.152.066,54	203.431.579,30
2035	23,62%	68.816.988,66	203.431.579,30	16.254.572,72	11.921.090,55	199.098.097,13
2036	23,62%	69.505.158,55	199.098.097,13	16.417.118,45	11.667.148,49	194.348.127,17
2037	23,62%	70.200.210,13	194.348.127,17	16.581.289,63	11.388.800,25	189.155.637,79
2038	23,62%	70.902.212,23	189.155.637,79	16.747.102,53	11.084.520,37	183.493.055,63
2039	23,62%	71.611.234,36	183.493.055,63	16.914.573,55	10.752.693,06	177.331.175,14
2040	23,62%	72.327.346,70	177.331.175,14	17.083.719,29	10.391.606,86	170.639.062,71
2041	23,62%	73.050.620,17	170.639.062,71	17.254.556,48	9.999.449,07	163.383.955,30
2042	23,62%	73.781.126,37	163.383.955,30	17.427.102,05	9.574.299,78	155.531.153,03
2043	23,62%	74.518.937,63	155.531.153,03	17.601.373,07	9.114.125,57	147.043.905,53
2044	23,62%	75.264.127,01	147.043.905,53	17.777.386,80	8.616.772,86	137.883.291,60
2045	23,62%	76.016.768,28	137.883.291,60	17.955.160,67	8.079.960,89	128.008.091,82
2046	23,62%	76.776.935,96	128.008.091,82	18.134.712,27	7.501.274,18	117.374.653,73
2047	23,62%	77.544.705,32	117.374.653,73	18.316.059,40	6.878.154,71	105.936.749,04
2048	23,62%	78.320.152,37	105.936.749,04	18.499.219,99	6.207.893,49	93.645.422,54
2049	23,62%	79.103.353,90	93.645.422,54	18.684.212,19	5.487.621,76	80.448.832,11
2050	23,62%	79.894.387,44	80.448.832,11	18.871.054,31	4.714.301,56	66.292.079,36
2051	23,62%	80.693.331,31	66.292.079,36	19.059.764,86	3.884.715,85	51.117.030,36
2052	23,62%	81.500.264,62	51.117.030,36	19.250.362,50	2.995.457,98	34.862.125,83
2053	23,62%	82.315.267,27	34.862.125,83	19.442.866,13	2.042.920,57	17.462.180,28
2054	23,62%	83.138.419,94	17.462.180,28	19.637.294,79	1.023.283,76	(1.151.830,75)

*Este cenário é considerando a hipótese da manutenção do custo normal do Ente Federativo em 17,20% e do servidor alterada para 14%, ficando com excedente de 3%.